

CONTRATO Nº 02/SEMA/2024, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO, POR MEIO DA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA E A EMPRESA LC DE SOUZA DINÂMICAS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E APTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO RJ, NA FORMA ABAIXO.

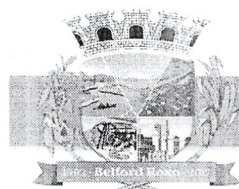
O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 39.485.438/0001-42, com sede na Joaquim da Costa Lima, nº 2986, São Bernardo, Belford Roxo/RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, por meio da SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal, Sr. **DIEGO ROCHA FRANÇA**, brasileiro, portador da carteira de Identidade nº 27257763 6, inscrito no CPF sob nº. 172.262.477-98, tem ajustado o presente **CONTRATO** com a empresa a **LC DE SOUZA DINÂMICAS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.051.315/0001-82, situada na Rua Crato, S/N, Lote 17, Quadra-A-, Rio do Limão - Araruama/RJ, neste ato representado por **BRUNO SILVA PINHEIRO**, portador da identidade nº: 21.204.820-1 Detran/RJ, portador de CPF: 058.384.807-93, que é celebrado em decorrência do resultado da **Concorrência Pública nº 017/2023**, realizada através do **Procedimento Administrativo nº 14.0249/2023**, homologado por despacho do Exmo. Prefeito publicado nos Atos Oficiais do Município de Belford Roxo, em 06/02/2024 e que gerou a **Ata de Registro de Preços nº 002/2023** e se regerá pelas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Legislação aplicável

Este CONTRATO se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral pelas normas da Lei 8.666/93 e, no que couber, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, bem como pelos preceitos de direito público e pelas regras constantes do Termo de Referência, pela Proposta da Contratada e pelas disposições deste CONTRATO, bem como o contido no Procedimento Administrativo nº 14/0249/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: Objeto

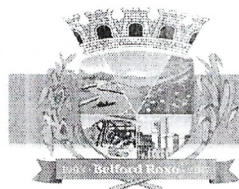
O objeto do presente CONTRATO é para CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA E APTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO RJ, ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS BUSCANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO/RJ,



cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas no Termo de Referência, pela Proposta da Contratada e pelas disposições deste CONTRATO, bem como o contido no **Procedimento Administrativo nº 14/0249/2023**, nos quantitativos descritos às fls. 834/836 advindo da Ata de Ata de Registro de Preços nº 002/2023, nos quantitativos abaixo descritos:

| ITEM | DESCRIÇÃO RESUMIDA | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|---|---------|----------------|------------------|
| 1 | Poda De Espécies Vegetais De Baixo Nível De Dificuldade, Exclusive Transporte De Material Resultante | 5208 | R\$ 126,57 | R\$ 659.176,56 |
| 2 | Poda De Espécies Vegetais De Médio Nível De Dificuldade, Exclusive Transporte Do Material Resultante | 1736 | R\$ 268,45 | R\$ 466.029,20 |
| 3 | Poda De Espécies Vegetais De Alto Nível De Dificuldade, Exclusive Transporte Do Material Resultante | 1736 | R\$ 488,64 | R\$ 848.279,04 |
| 4 | Transporte De Carga De Qualquer Natureza, Exclusive As Despesas De Carga E Descarga, Tanto De Espera Do Caminhão Como Do Servente Ou Equipamento Auxiliar, A Velocidade Media De 50Km/H | 124992 | R\$ 1,00 | R\$ 124.992,00 |
| 5 | Carga E Descarga Mecânica, Com PA - Carregadeira, Com 1,50M3 De capacidade, Utilizando Caminhão Basculante A Óleo Diesel, Com capacidade Útil De 8T, Considerados Para O Caminhão Os Tempos | 8332,80 | R\$ 13,56 | R\$ 112.992,76 |
| 6 | Disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida mediante comprovantes comerciais de pagamento - notas fiscais ou recibos timbrados de disposição (desonerado). | 8332,80 | R\$ 15,47 | R\$ 128.908,41 |
| 7 | Camionete Tipo Pick-Up, Com Cabine Simples E Caçamba, Tipo Leve, Motor Bicomcombustível (Gasolina E Álcool) De 1,6 Litros, Exclusive Motorista | 9,6 | R\$ 5960,76 | R\$ 57.223,29 |
| 8 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 80 | R\$ 2301,06 | R\$ 184.084,80 |
| SUBTOTAL | | | | R\$ 2.581.686,06 |
| BDI 22,47% | | | | R\$ 580.104,85 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 3.161.790,91 |

PARÁGRAFO ÚNICO. Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos na solicitação.



CLÁUSULA TERCEIRA: Valor

O valor total do presente Contrato R\$ 3.161.790,91 (três milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e noventa reais e noventa e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Forma e prazo de pagamento

A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Coordenadoria de Protocolo da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, situada na Avenida Benjamin Pinto Dias, nº 610, Centro, Belford Roxo, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

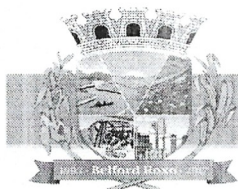
PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para o pagamento dos serviços executados, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal devidamente discriminada, acompanhada de memória de cálculo e relatório fotográfico, de acordo com o CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO. O prazo para apresentação da medição com a nota fiscal será de até 5 (cinco) dias úteis após o final de cada etapa.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para a execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO, CNPJ/MF nº 39.485.438/0001-42**, situada na Joaquim da Costa Lima, nº 2986, São Bernardo, Belford Roxo.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O contratado deverá apresentar, juntamente com a fatura ou nota fiscal dos serviços executados, em observância ao art. 55 da Lei nº 8.666/93, os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade ao FGTS
- c) Certidões que comprovem a regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal; e
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa emitida pela Justiça do Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Belford Roxo sobre as unidades efetivamente executadas e atestadas através de medições, com base nos preços unitários da **PLANILHA MODELO DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste edital que vier a ser pactuado com a licitante vencedora, no 30º (trigésimo)



PREFEITURA DE

Belford Roxo

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento de cada etapa da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente, mediante crédito em conta-corrente da contratada.

PARÁGRAFO QUINTO. As medições deverão estar acompanhadas das respectivas memórias de cálculo, indicando os locais da realização dos serviços e as dimensões de cada parte ou trecho dos diversos itens e dos registros fotográficos correspondentes.

PARÁGRAFO SEXTO. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

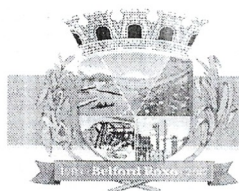
PARÁGRAFO OITAVO. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido Exmo. Prefeito da Prefeitura Municipal de Belford Roxo.

PARÁGRAFO NONO. Caso a Prefeitura do Município de Belford Roxo efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. No caso de a contratada ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.



PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Em caso de acréscimos e supressões, assim como nas medições, o percentual de Administração local não poderá ultrapassar a mesma relação percentual entre o valor do item e o valor inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUINTA: Do Reajuste e da Revisão

Os preços que vierem a ser pactuados, por decorrência desta licitação, serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em caso de necessidade de reajuste, será adotado o índice EMOP, atendendo ao disposto no art. 40, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses desde a data da formulação da proposta, os preços propostos para o saldo dos serviços remanescente poderão ser reajustados, mediante expresso requerimento do contratado, em face da Legislação Federal em vigor, para mais ou para menos.

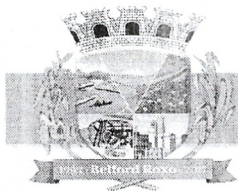
PARÁGRAFO TERCEIRO. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual, mediante expresso requerimento do contratado.

PARÁGRAFO QUARTO. O reajuste de preços afetará exclusivamente as etapas/parcelas dos serviços cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso venha a ocorrer o aditamento do **CONTRATO**, na forma prevista no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, os acréscimos de quantidades serão remunerados pelos respectivos custos unitários constantes do **ORÇAMENTO ANALÍTICO DOS SERVIÇOS POR PREÇOS UNITÁRIOS DA PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I**, que vier a ser pactuado com a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO. Em caso da necessidade de preços unitários novos, constantes dos catálogos EMOP, SBC, SCO e PINI, serão considerados os valores catalogados.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Em caso de preços unitários novos que não estejam previstos nos supracitados catálogos, serão realizados, pela **CONTRATADA**, cotações de preços com no mínimo 3 (três) empresas especializadas, devidamente comprovadas através de documentos pertinentes, quando então serão praticados, com devida autorização da fiscalização da Administração, os menores preços unitários apurados nessa pesquisa.



PARÁGRAFO OITAVO. A autorização da fiscalização será concedida após a verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os de mercado.

PARÁGRAFO NONO. Os custos de administração local dos serviços serão remunerados proporcionalmente à parcela executada do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Os valores descritos nos parágrafos quinto ao sétimo, quanto utilizados, serão acrescidos do percentual de BDI estabelecido na **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO B** do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** do edital, aplicando-se o desconto inicialmente obtido nesta licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A concessão de reajuste não contemplará o período entre a data do advento ao direito de reajuste e a data de apresentação do pedido formulado pelo contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65 da Lei Federal nº8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: Prazo de vigência

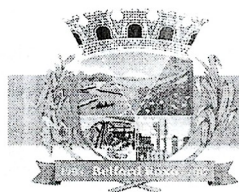
O prazo de vigência do **CONTRATO** será 8 (oito) meses, conforme estipulado na Autorização do Empenhamento da despesa, e começará a contar a partir da data do recebimento pela contratada, da ordem de início emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atuado em processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O contrato decorrente desta licitação não poderá ser prorrogado, na forma prevista no inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, por não se tratar de serviços a serem executados de forma contínua.

CLÁUSULA SÉTIMA: Regime de execução

A prestação de serviços, objeto do presente contrato, obedecerá o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.



PARÁGRAFO ÚNICO. Os serviços serão executados plenamente com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos próprios e de acordo com o cronograma e planilha orçamentária, devendo a execução obedecer plenamente a determinação e o planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA: Fiscalização

A fiscalização da execução dos serviços caberá ao contratante, notadamente a unidade administrativa requisitante, ou a quem dele preposto seja, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse procedimento, definidos na legislação pertinente e, em especial, na especificação dos serviços a serem executados, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A contratada declara antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo contratante, obrigando-se a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

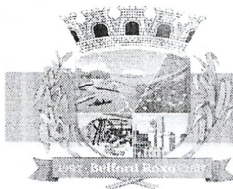
PARÁGRAFO SEGUNDO. Compete à contratada fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o contratante, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos mesmos não implicará em corresponsabilidade do contratante e de seus prepostos.

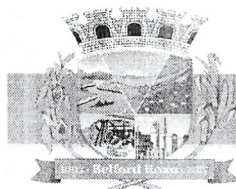
CLÁUSULA NONA: Obrigações da contratada

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do TERMO DE REFERÊNCIA, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;



- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.
- m) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- n) Para assinar o contrato, deverá o vencedor prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste, a preços iniciais, sob pena de decair o direito à contratação.
- o) promover por sua conta, a cobertura através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhes cabem na execução dos serviços que vierem a ser pactuados;
- p) disponibilizar para os fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos termos do que dispõe o §1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o livro onde serão anotadas as ocorrências relacionadas a execução contratual;
- q) fornecer identificação funcional, mantendo durante o expediente a sua equipe devidamente identificada e equipamentos de proteção individual, conforme exigência das leis trabalhistas e normas regulamentares (NR's), necessários ao seguro desempenho de suas funções;
- r) responder pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção;
- s) fornecer todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas, veículos e materiais necessários à prestação dos serviços em perfeitas condições de uso, não podendo a falta ser invocada como justificativa de atraso ou imperfeição dos serviços;
- t) arcar com todos os ônus e despesas decorrentes do consumo, reparos, avarias e perdas, inclusive custos com



reparos ou reposição de peças, ferramentas e materiais;

u) ser a única responsável perante terceiros, durante a vigência do CONTRATO, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso de equipamentos, isentando o CONTRATANTE, se for o caso, de quaisquer reclamações, multas ou indenizações, em como de quaisquer vínculos empregatícios.

v) ser responsável pelas consequências decorrentes de sinistros ocasionados em seus equipamentos, ferramentas ou máquinas e/ou dolo ou culpa de seus empregados ou terceiros a seu serviço;

x) responsabilizar-se pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda pela proteção destes e de eventuais instalações implantadas para execução do CONTRATO.

w) observar, na execução dos serviços, as normas e especificações técnicas, a que estiver legalmente vinculado e as estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e no contrato ora celebrado;

z) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados), necessários ao exato cumprimento das obrigações que vierem a ser pactuadas;

a.a) certificar-se, respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas eventuais subcontratadas fazem uso dos EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL(EPI) E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC), legalmente exigíveis, concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, tais como: capacete, botas, luvas, capas, óculos, etc;

a.b) permitir a CONTRATANTE por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos depósitos, oficina, garagens e outras dependências, a anotações relativas as máquinas, ao pessoal, ao material e aos serviços, bem como atendendo prontamente as determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;

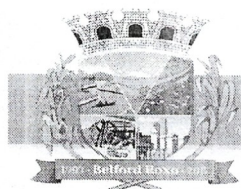
a.c) manter em lugar acessível a qualquer momento, o "livro de Ocorrências" para o registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução contratual, que deverá ser assinado diária e simultaneamente pelo representante credenciado da contratada e pelo fiscal da execução contratual;

a.d) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

a.e) executar o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviços dessa natureza;

a.f) apresentar a CONTRATANTE, em todos os processos de pagamento ou a qualquer tempo, sempre que solicitado, os comprovantes do recolhimento ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada.

a.g) Só será permitido sub-contratação de apenas 30% dos serviços, entretanto, o mesmo deverá ser solicitado de antemão à fiscalização.



CLÁUSULA DÉCIMA: Obrigações do contratante

São obrigações do contratante:

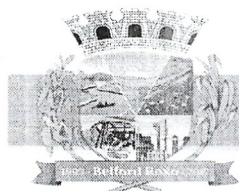
- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- e) emitir memorando autorizando o início da execução contratual;
- f) aplicar multas à **CONTRATADA**, quando ocorrerem infrações contratuais;
- g) franquear aos empregados da **CONTRATADA**, nos dias e horários estabelecidos no **CONTRATO**, o acesso às áreas onde os serviços serão realizados;
- h) designar servidor, para exercer a fiscalização da execução contratual, nos termos do disposto no art. 67 da Lei Federal nº8.666/93;
- i) disponibilizar para o fiscal da execução do contrato, nos termos do que dispõe o §1º do art.67 da Lei Federal nº8.666/93, o livro onde serão anotadas as ocorrências relacionadas com a execução contratual;
- j) fornecer o elementos, de sua responsabilidade, necessários a elaboração dos serviços;
- k) designar Comissão de, no mínimo 03(três)membros para fins de julgar os recursos por infrações contratuais, que vierem a ser interpostos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Aceitação do objeto do contrato

O recebimento provisório do objeto será efetuado pela fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de entrega do objeto e nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, após a constatação de que o objeto atendeu as especificações da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O recebimento definitivo do objeto será efetuado pela Fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no **TREMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste edital, bem como da entrega do(s) termo(s) de garantia e assistência técnica, se for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Após o recebimento provisório, a Fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.



PREFEITURA DE

Belford Roxo

**PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO**

CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

PARÁGRAFO QUARTO. O aceite/aprovação do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da empresa Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Força maior

Os motivos de força maior que possam impedir a contratada de cumprir as etapas e o prazo do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrência não comunicada nem aceitas pela fiscalização em época oportuna.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Suspensão da execução

É facultado ao contratante suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

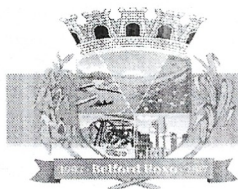
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sanções administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) recusar-se a assinar o contrato no prazo estabelecido no edital;
- b) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato; e) comportar-se de modo inidôneo; ou
- f) cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas



faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

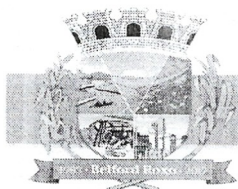
II - Multa de:

- (i) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (ii) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (iii) 0,1% (um décimo por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (iv) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- (v) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (vi) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

PARÁGRAFO SEGUNDO. As sanções previstas nos subitens "I", "III", e "IV" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



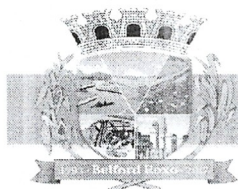
PARÁGRAFO TERCEIRO. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|------------------------------------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |



| | | |
|----|--|----|
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

PARÁGRAFO QUARTO. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- (i) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- (ii) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (iii) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

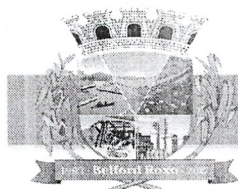
PARÁGRAFO QUINTO. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO SEXTO. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

- (i) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



PARÁGRAFO NONO. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública municipal, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização..

PARÁGRAFO DÉCIMO. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Municipal nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em Cadastro Municipal de Empresas Apenadas, se houver; e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Recursos

Contra as decisões que resultarem em penalidade, a contratada poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

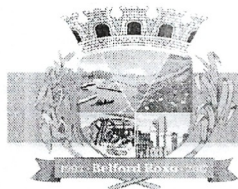
- a) pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência;
- b) recurso a ser interposto perante a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração, mediante depósito prévio do valor da multa, em moeda corrente, conforme informações a serem prestadas pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- c) representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Rescisão

O contratante poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78, da Lei 8.666/93, mediante decisão fundamentada, garantida a defesa prévia.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na decretação da rescisão, a contratada ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Das cláusulas exorbitantes

Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do artigo 58, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Dotação orçamentária

Os recursos orçamentários e financeiros para liquidação do objeto contratado estão alocados à conta do orçamento de 2024, como segue:

| Programa de Trabalho | Natureza de Despesa | Fonte | Nota de Empenho | Valor |
|----------------------|---------------------|----------------------------|-----------------|------------------|
| 1.18.542.21.1035 | 3.3.90.39.00 | 1705 (Royalties - Estados) | 5/2024 | R\$ 3.161.790,91 |

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Belford Roxo para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA: Publicação

O contratante promoverá a publicação do extrato deste instrumento nos Atos Oficiais do Município de Belford Roxo no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Fiscalização financeira e orçamentária

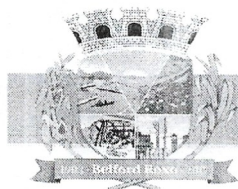
O contratante providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Das disposições finais

A contratada se obriga a manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, exigidas no edital que instruiu esta licitação, na qual foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do contrato.

✓

✍



PREFEITURA DE

Belford Roxo

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Diego Rocha França Belford Roxo/RJ, 21 de maio de 2024
Sec. Municipal de Meio Ambiente
SEMA
Mat.: 60/114.644 - PMBR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Contratada (Empresa)

Testemunhas:

1-

2 -